

**MARCOS CÉSAR CARNEIRO DA MOTA**

# **REFORMA TRIBUTÁRIA**

## **LEGISLAÇÃO E PRÁTICA**



## SUMÁRIO

<b>01 - SISTEMA TRIBUTÁRIO ATUAL</b>	<b>03</b>
01.01 - Definição e Tipos de Tributos	03
01.02 - Impostos e Contribuições Sociais	05
01.03 - Impostos da União, Estados, Municípios e DF	
01.04 - Contribuições Sociais da União	06
01.05 - Regimes de Tributação	07
<b>02 – INTRODUÇÃO À REFORMA TRIBUTÁRIA</b>	<b>11</b>
02.01 - Definição e Implantação do IVA-Dual	13
02.02 - Criação do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços	14
02.03 - Cálculo Estimativo do IBS	
02.04 - Extinção do ISS e do ICMS	16
02.05 - Criação da CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços	
02.06 - Cálculo Estimativo da CBS	
02.07 - Extinção do PIS e COFINS	
02.08 - Criação do IS – Imposto Seletivo	17
02.09 - Cálculo Estimativo do IS – Imposto Seletivo (Imposto sobre Bens e Serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente)	18
02.10 - Extinção do IPI	19
<b>03 - PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO E TRANSIÇÃO (2026 A 2033)</b>	<b>20</b>
03.01 - Início da vigência em 2026	
03.02 - Pagamento de 1% do IVA-Dual	
03.03 - Mudanças na Documentação Fiscal	
03.04 - Os passos nos anos de 2026 a 2033 com a completa implantação da Reforma Tributária	22
<b>Como ficam o Lucro Real e o Lucro Presumido com as novas Regras Tributárias decorrentes da Reforma Nacional</b>	<b>24</b>
<b>Como ficam as empresas do Simples Nacional com a Reforma Tributária</b>	<b>27</b>
<b>O papel do Comitê Gestor</b>	<b>28</b>
<b>O novo IPVA sobre Embarcações e Aeronaves</b>	<b>30</b>
<b>Conclusão</b>	<b>31</b>
<b>Perse</b>	<b>32</b>

# 01 - SISTEMA TRIBUTÁRIO ATUAL

O nosso Sistema Tributário Nacional atual está concentrado nos arts. 145 a 162 da Constituição Federal de 1988. A partir do estudo da CF/88, complementamos a aplicação da legislação tributária com o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66). Seguindo a hierarquia das normas tributárias, via de regra teremos as Leis Complementares, os Acordos Internacionais, as Leis Ordinárias, os Decretos de Regulamentação e as Instruções Normativas, Atos Declaratórios, Pareceres Normativos e Soluções de Consulta que compõem todo o arcabouço jurídico para a aplicação prática e efetivo cálculo dos tributos nas mais diversas situações em nossa dinâmica de trabalho diário.

## 01.01- Definição e Tipos de Tributos

A definição de tributo decorre do disposto no art. 3º do CTN, onde: Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

A CF/88, por sua vez, irá classificar os tributos em seus arts. 145, 148, 149, 154 e 195, onde:

*Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:*

***I - impostos;***

***II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;***

***III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.***

*Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir **empréstimos compulsórios**:*

*I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;*

*II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b".*

*Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.*

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir **contribuições sociais**, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.

Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição – **Impostos Residuais**;

II - na iminência ou no caso de guerra externa, **impostos extraordinários**, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes **contribuições sociais**

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício - **INSS**;

b) a receita ou o faturamento – **PIS/PASEP, COFINS e CPRB**;

c) o lucro - **CSLL**;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social;

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

V - sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar – **Nova CBS LC nº 214/25**.

## 01.02- Impostos e Contribuições Sociais

A classificação dentro do Sistema Tributário Nacional mais prática se dá com a divisão dos tributos em Impostos e Contribuições Sociais. Trata-se de um método mais didático para compreensão da carga tributária calculável, em sua grande maioria, pelo profissional de contabilidade.

Sendo assim, para que possamos ter uma visão ampla e aprofundada desses impostos e contribuições sociais distribuídos entre os entes federativos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, apresentamos a seguir a distribuição por categoria tributária.

## 01.03- Impostos da União, Estados, Municípios e DF

Os Impostos estão distribuídos conforme a competência federativa, em Impostos da União, dos Estados, dos Municípios e do DF.

Os Impostos da União estão previstos no art. 153 da CF/88, a saber:

*Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:*

*I - importação de produtos estrangeiros - II;*

*II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados - IE;*

*III - renda e proventos de qualquer natureza - IR;*

*IV - produtos industrializados - IPI (será extinto com a Reforma Tributária);*

*V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários - IOF;*

*VI - propriedade territorial rural - ITR;*

*VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar – IGF (não regulamentado).*

*VIII - produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar (criado pela Reforma Tributária recebendo o nome de Imposto Seletivo – LC nº 214/25).*

Os impostos dos Estados e Distrito Federal estão previstos no art. 155 da CF/88, a saber:

*Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:*

*I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos - ITCMD;*

*II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior - ICMS;*

*III - propriedade de veículos automotores - IPVA.*

Os impostos dos Municípios e do Distrito Federal estão previstos no art. 156 da CF/88, a saber:

*Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:*

*I - propriedade predial e territorial urbana - IPTU;*

*II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição - ITBI;*

*III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar - ISSQN.*

## **01.04 - Contribuições Sociais da União**

As contribuições sociais estão distribuídas no art. 195 da Constituição Federal, conforme exposto abaixo:

*Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes **contribuições sociais***

*I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:*

*a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício - **INSS**;*

*b) a receita ou o faturamento – **PIS/PASEP, COFINS e CPRB**;*

*c) o lucro - **CSLL**;*

*II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social;*

*III - sobre a receita de concursos de prognósticos.*

*IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.*

*V - sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar – Nova CBS LC nº 214/25.*

## **01.05 - Regimes de Tributação**

Existem muitos conceitos a serem utilizados no momento de classificação de uma pessoa jurídica. Nosso objetivo sempre tem um viés prático e atual. Dessa maneira, abaixo elencamos os Tipos de Pessoas Jurídicas e os Regimes de Tributação para diferenciarmos os modelos empresariais e não empresariais.

### **TIPOS DE PESSOAS JURÍDICAS**

#### **Com um único sócio**

Empresário Individual

Eireli – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (extinta)

Sociedade Unipessoal Limitada

#### **Com 2 ou mais sócios**

Sociedade Limitada

Sociedade Anônima

Sociedade em Conta de Participação

Sociedade de Propósito Específico

Sociedade Simples com Fins Lucrativos – S/S

Sociedade Simples sem Fins Lucrativos

(Ex.: Associações/Fundações/Ong's/Oscip/Institutos/Sindicatos/Federações)

### **REGIMES DE TRIBUTAÇÃO**

Os regimes de tributação existentes no Brasil atualmente, com base no Decreto nº 9.580/18 – RIR/18, especificados por artigo a seguir, para que

tenhamos uma noção de como uma empresa deva ser tributada em conformidade com sua atividade e nível de faturamento, estão distribuídos abaixo.

**INSTITUIÇÕES IMUNES – art. 179**  
***(Deve apresentar Declaração)***

**INSTITUIÇÕES ISENTAS – art. 184**  
***(Deve apresentar Declaração)***

**COOPERATIVAS – art. 193**

Não-incidência nas operações com os cooperados e tributação normal nos demais casos

**SIMPLES NACIONAL – LC 123/06**  
**(Microempresa)**

**(Empresa de Pequeno Porte)**

***(Deve apresentar Declaração ou Sofrer Consulta ao Site da RFB)***

**LUCRO PRESUMIDO – art. 587**

**LUCRO ARBITRADO – art. 602**

**LUCRO REAL – art. 257**

**REGIMES TRIBUTÁRIOS DE INSTITUIÇÕES QUE NÃO SÃO  
CONSIDERADAS COMO PESSOAS JURÍDICAS**

**CONDOMÍNIO**

**MEI – Microempreendedor Individual**

**Entidades Imunes:** As entidades imunes são assim definidas por força do disposto no art. 150 da CF/88. Nesse dispositivo legal são elencadas as quatro atividades consideradas como imunes pela nossa Carta Magna, a saber:

I – Templos de qualquer culto ou natureza;

II – Partidos Políticos e suas Fundações;



III – Sindicatos dos Trabalhadores; e

IV – Instituições de Educação e Assistência Social.

**Entidades Isentas:** Previstas no Regulamento do Imposto de Renda no artigo 144 ao artigo 166, é aplicado às instituições sem finalidade lucrativa que exerçam, na sua grande maioria, atividades que visem o bem-estar social. Podem ser constituídas sob a forma de Associações, Fundações, Institutos, Clubes de Futebol e outras instituições sem fins lucrativos.

**Cooperativas:** As sociedades cooperativas estão amparadas pela não-incidência do Imposto de Renda quando praticar atos com cooperados.

### **Constituição Federal de 1988**

***Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem, por fim, assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:***

....

***IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.***

***Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. [\(Vide Lei nº 13.874, de 2019\)](#)***

A partir do dispositivo constitucional acima destacado, surgem o MEI – Microempreendedor Individual, a ME - Microempresa e a EPP – Empresa de Pequeno Porte.

**Microempresa:** Como o próprio nome já define é um sistema simples aplicado àquelas empresas consideradas como micro em razão basicamente do seu faturamento anual não superar a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Assim como no regime anterior, somente se apura um tributo denominado de SIMPLES, e a partir de julho de 2007, SUPERSIMPLES, pago em DAS próprio com percentuais, códigos e datas específicas.

**Empresa de Pequeno Porte:** Apurado pelas empresas de pequeno porte, cujo faturamento anual não seja superior a R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), representa um sistema extremamente simples em virtude de ampliar a tributação à incidência do INSS, reduzindo assim a carga tributária desse regime.

**Lucro Arbitrado:** O Lucro Arbitrado é um regime de tributação geralmente utilizado pela Receita Federal do Brasil quando a pessoa jurídica pratica algum

tipo de irregularidade grave. Poderá também ser usado em casos fortuitos ou de força maior como uma chuva ou incêndio que venha a deteriorar toda a documentação da pessoa jurídica.

**Lucro Presumido:** Apurado pelas empresas consideradas de médio porte é um dos sistemas mais simples de tributação. Presume-se o lucro através de percentuais aplicados sobre o Faturamento de Vendas e Serviços e sobre esse lucro se calcula o Imposto de Renda e a Contribuição Social.

**Lucro Real:** Apurado pelas empresas consideradas de grande porte, cujo faturamento seja superior a R\$78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), é definido como sendo o Lucro Líquido Contábil, ajustado mediante as adições, exclusões e compensações determinadas pela legislação tributária. O Lucro Real poderá ser apurado anualmente ou trimestralmente. Ao primeiro damos o nome de Lucro Real Estimado e ao segundo de Lucro Real Trimestral.

Enfatizamos que as classificações aqui apresentadas não tem nenhuma relação direta com o aspecto societário dessas instituições. As entidades imunes e isentas, por exemplo, podem ser constituídas como associações, fundações, institutos, organizações não governamentais, oscip – organização da sociedade civil de interesse público (lei 9.790/99), dentre outras.

## **02 – Introdução à nova Reforma Tributária**

A Reforma Tributária Nacional, instituída através da EC nº 132/23 e criada pela LC nº 214/25, trará diversas e profundas mudanças no cenário nacional. Para apresentarmos de maneira bastante prática as mudanças na tributação nacional, discriminamos abaixo as três bases de tributação utilizadas pelo Governo.

A propósito, sempre que usarmos a expressão Governo, levaremos em conta os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, nas três esferas de competência, União, Estados e Municípios.

Toda abordagem apresentada nesse material é de natureza eminentemente técnica, sem nenhum viés político ou partidário. Isto posto, vejamos as bases de tributação do Governo.

### **Receita Bruta de Vendas e Serviços**

(PIS-PASEP/COFINS/CPRB/IPI/ICMS/ISSQN)

### **Receita Bruta de Vendas e Serviços com a Reforma Tributária**

(CBS/CPRB/Ibspsma – IS/IBS)

### **Folha de Pagamento**

(INSS) permanece inalterada com a Reforma Tributária

### **Lucro**

(CSLL/IRPJ e Adicional do IRPJ) permanece inalterado com a Reforma Tributária

Com base nas informações acima apresentadas, chegamos à conclusão que a reforma tributária nacional implementada pela EC nº 132/23 e LC nº 214/25 não altera de forma representativa a tributação das empresas. Observamos que a Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e o Adicional de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas não sofreu nenhuma alteração.

A alteração se deu de maneira concentrada sobre a Receita Bruta de Vendas e sobre a Receita Bruta de Serviços, onde, com a extinção do IPI, do PIS, da COFINS, do ICMS e do ISS, nascem o Ibspsma – IS: Imposto Seletivo, o IBS e a CBS. Tínhamos 5 (cinco) tributos e agora teremos 3 (três) tributos.

Vejamos de uma maneira mais técnica como uma DRE – Demonstração de Resultado do Exercício nos dias atuais deve ser elaborada.

DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
<b>FATURAMENTO BRUTO</b>
IPI
PIS/COFINS MONOFÁSICO
ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>
PIS
COFINS
ICMS
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>
PIS
COFINS
CPRB
ISS
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>
CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS
Folha de Pagamento
CPP - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL
DESPESAS COMERCIAIS
DESPESAS FINANCEIRAS
DESPESAS TRIBUTÁRIAS
DESPESAS GERAIS
<b>LUCRO LÍQUIDO OPERACIONAL</b>
PROVISÃO PARA A CSLL
PROVISÃO PARA O IRPJ E ADICIONAL DE IRPJ
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>

Observe que a DRE acima demonstrada leva em consideração os tributos incidentes a partir do Faturamento da Indústria, que naturalmente será o mais afetado e provavelmente o mais beneficiado, pois, com a extinção das operações com Substituição Tributária e da Tributação Monofásica, além da extinção do IPI, que gerava muita dificuldade de enquadramento pelo NCM/SH e trazia muitas consultas administrativas e discussões judiciais, a tributação passa a ser concentrada na venda e na prestação de serviços.

A CPRB é uma contribuição social incidente sobre a receita das empresas com folha desonerada. Como reflexo da incidência da CPRB de maneira regressiva entre os exercícios de 2025 a 2028, a empresa terá alíquota progressiva de Contribuição Previdenciária Patronal, no mesmo período, até que em 2028 a CPRB seja extinta e a CPP passe a incidir na alíquota integral (20%).

Agora, vamos demonstrar como ficará a DRE – Demonstração de Resultado do Exercício com a Reforma Tributária.

<b>DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>
<b>FATURAMENTO BRUTO</b>
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>
IBS
CBS
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>
IBS
CBS
CPRB
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>
CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS
Folha de Pagamento
CPP - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL
DESPESAS COMERCIAIS
DESPESAS FINANCEIRAS
DESPESAS TRIBUTÁRIAS
DESPESAS GERAIS
<b>LUCRO LÍQUIDO OPERACIONAL</b>
PROVISÃO PARA A CSLL
PROVISÃO PARA O IRPJ E ADICIONAL DE IRPJ
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>

Nos capítulos específicos que tratam do Lucro Presumido e do Lucro Real faremos a demonstração da DRE com valores para entendermos o impacto da Reforma Tributária no resultado das empresas.

## 02.01 - Definição e Implantação do IVA-Dual

Em todo o processo de criação da Reforma Tributária, se utilizou no Brasil, para seguir exemplo de outros países com uma carga tributária menos complexa, a utilização da terminologia IVA – Imposto sobre Valor Agregado. Muito comum na Europa, EUA e em países como o Chile na América do Sul, o Brasil não conseguiu sintetizar o tributo e portanto o classificou de IVA – Dual, ou seja, um tributo dividido em dois.

Dentro dessa lógica, como já demonstrado anteriormente, o IBS nasce para substituir o ICMS e o ISSQN, enquanto que a CBS nasce para dar lugar ao PIS/PASEP e a COFINS.

## **02.02 - Criação do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços**

O IBS – Imposto sobre Bens e Serviços foi criado pela LC nº 214/25 para substituir o ICMS e o ISSQN. O IBS é um imposto de competência federativa, ou seja, sua arrecadação se dará através de um Comitê Gestor do IBS, em guia própria, para que seu recolhimento se dê de forma centralizada para o respectivo repasse ao ente Estadual ou Municipal.

Está em tramitação no Congresso Nacional o PLP 108/24 que cria o Comitê Gestor do IBS/CG-IBS. Esse Comitê Gestor será responsável por estabelecer as regras de apuração, cálculo e aplicação das alíquotas a serem definidas pelo Senado Federal da República.

## **02.03 - Cálculo Estimativo do IBS**

O IBS – Imposto sobre Bens e Serviços está fundamentado no art. 156-A da Constituição Federal do Brasil, cujo objetivo é substituir o ICMS e o ISS, tendo sua apuração de forma não-cumulativa, cujas regras serão definidas através de Lei Complementar.

A não-cumulatividade do imposto pode ser expressa da seguinte maneira:

### **VENDA DA INDÚSTRIA PARA O COMÉRCIO**

Valor da venda: 100.000,00

IBS (20%): 20.000,00

Valor a Recolher: 20.000,00

### **VENDA DO COMÉRCIO PARA O CONSUMIDOR FINAL**

Valor da Venda: 150.000,00

IBS (20%): 30.000,00

Valor a Recolher: 10.000,00

No âmbito da prestação de serviços, a não-cumulatividade acaba por ser prejudicada, pois não há um custo direto para se abater do valor do imposto a recolher quando da prestação do serviço. Por outro lado, na área hospitalar, de construção civil e em outras áreas com a utilização e aplicação de materiais, poderá ocorrer o crédito decorrente da compra de material para a devida aplicação nos serviços.

Vejamos:

#### PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HOSPITALAR

Valor do serviço: 100.000,00

Material Aplicado: 30.000,00

Base de cálculo: 100.000,00

Alíquota IBS (20%) com redução de 60%: 8.000,00

Total do Serviço: 108.000,00 (cálculo simples)

Total do Serviço: 108.695,65 (cálculo com ônus do IBS)

A respeito do IBS e da CBS, conforme descrito pelo nosso mestre Hugo de Brito Machado Segundo, em seu livro Reforma Tributária Comentada e Comparada, na página 79, tem-se que: “para tentar contornar e disfarçar que o IBS não é federal, a EC 132/23 realiza dois artifícios. O primeiro é estabelecer o chamado “Iva-Dual”, separando-o em IBS e CBS. Apenas a segunda, a contribuição sobre bens e serviços, seria federal. O IBS, a parte subnacional do IVA, seria de competência partilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

Trata-se, contudo, de um mero jogo de palavras, pois o imposto será disciplinado em lei complementar editada pelo Congresso Nacional, que corporifica um dos três poderes da União. Trata-se de lei federal. Competência tributária federal, portanto. A regulamentação e a arrecadação do imposto, por sua vez, serão levadas a efeito por órgão também federal, o Comitê Gestor do IBS, elencado, como se viu nos comentários ao art. 50, ao lado das autoridades vinculadas ao Presidente da República.

A circunstância de a arrecadação ser partilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios não torna o imposto estadual ou municipal, e menos ainda de competência “compartilhada”.

Acredito que haja uma grande expectativa de todos quanto à definição das alíquotas a serem implementadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, que devem ser únicas para todas as operações com bens materiais, imateriais, direitos e serviços, porém, com referência dada pelo Senado Federal.

Segundo algumas especulações, a alíquota poderá chegar ao patamar de 27,5% (vinte e sete e meio por cento). Por enquanto, teremos que aguardar a publicação da Lei Complementar competente e as Resoluções do Comitê Gestor do IBS para que tenhamos as definições estabelecidas de forma específica e determinada.

O §6º do art. 156-A da CF/88 que com definição de competência dada pelo texto constitucional, prevê os casos onde se aplicará regimes especiais para combustíveis, serviços financeiros, sociedades cooperativas, o chamado setor de eventos e transportes.

A LC nº 214/25 inovou prevendo a redução de alíquotas em diversas atividades. Em seu art. 128, previu a redução de 60% (sessenta por cento).

## **02.04 - Extinção do ISS e do ICMS**

A extinção do ISS e do ICMS se dará de forma gradativa. A EC nº 132/23 e a LC nº 214/25 estabelece que em 2026 teremos um período de teste com o pagamento de 0,1% de IBS para validação dos cálculos e consequente abatimento desse valor no ISS ou no ICMS correspondente. A EC nº 132/23 em seu art. 127 e seguintes estabelece que em 2027 e 2028 teremos 0,05% de alíquota estadual e 0,05% de alíquota municipal. A LC nº 214/25 no art. 294 estabelece as regras quanto aos percentuais a serem utilizados no período de transição que se dará de 2026 a 2033.

## **02.05 - Criação da CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços**

A CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços foi criada em substituição ao PIS/PASEP e COFINS e sua competência continuará na esfera federal. Em 2026 a alíquota da CBS será de 0,9%, a título de teste, podendo esse valor ser abatido do PIS/PASEP e COFINS.

## **02.06 - Cálculo Estimativo da CBS**

VENDA DA INDÚSTRIA PARA O COMÉRCIO

Valor da venda: 100.000,00

CBS (7%): 7.000,00

Valor a Recolher: 7.000,00



## VENDA DO COMÉRCIO PARA O CONSUMIDOR FINAL

Valor da Venda: 150.000,00

CBS (7%): 10.500,00

Valor a Recolher: 3.500,00

No âmbito da prestação de serviços, a não-cumulatividade acaba por ser prejudicada, pois não há um custo direto para se abater do valor do imposto a recolher quando da prestação do serviço. Por outro lado, na área hospitalar, de construção civil e em outras áreas com a utilização e aplicação de materiais, poderá ocorrer o crédito decorrente da compra de material para a devida aplicação nos serviços.

Vejamos:

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HOSPITALAR

Valor do serviço: 100.000,00

Material Aplicado: 30.000,00

Base de cálculo: 100.000,00

Alíquota CBS (7%) com redução de 60%: 2.800,00

Total do Serviço: 102.800,00 (cálculo simples)

Total do Serviço: 102.880,66 (cálculo com ônus da CBS)

## 02.07 - Extinção do PIS e COFINS

A LC nº 214/25 deixa subentendido que a extinção do PIS/PASEP e da COFINS se dará a partir de 2027. Tendo em vista que a substituição dessas duas contribuições sociais federais foram substituídas por uma única contribuição social (CBS) de mesma competência federal, tudo leva a crer que em 2027 o recolhimento da CBS será efetuado normalmente e o PIS e a COFINS deixarão naturalmente de existir.

## 02.08 - Criação do IS – Imposto Seletivo

O IS - Imposto Seletivo está previsto no art. 409 da LC nº 214/25 e tem sua vigência prevista para entrar em vigor em 2027. Sua exigência se dará com a publicação de uma Lei Ordinária onde serão estabelecidos todos os critérios previstos e decorrentes da Lei Complementar federal correspondente.

## **02.09 - Cálculo Estimativo do IS – Imposto Seletivo (Imposto sobre Bens e Serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente)**

Uma das características que muda tudo em relação ao sistema de não-cumulatividade do IPI é o fato de que o IS – Imposto Seletivo, será cumulativo, ou seja, o que foi pago na origem não poderá ser utilizado como crédito para o destino da operação.

O novo Imposto Federal sobre Bens e Serviços Prejudiciais à Saúde e ao Meio Ambiente, se tivermos que adotar uma sigla, seria algo como IBSPSMA, uma sigla bem mais complexa que nosso atual e futuro antigo ICMS.

Esse imposto deve ser criado através de Lei Complementar e servirá de incremento à arrecadação federal, já que a União deixará de arrecadar o IPI que deixa de existir com a implantação da nova contribuição social denominada CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços que substitui o Pis e a Cofins.

Esse novo imposto não incidirá sobre as exportações e nem com operações que envolvam energia elétrica e comunicação. Incidirá uma única vez e não integrará sua própria base de cálculo. Entretanto, integrará a base de cálculo do ICMS, do ISS, do IBS e da CBS.

As alíquotas desse novo imposto, inicialmente apelidado de imposto do pecado, será determinado por Lei Ordinária federal e a exemplo do que acontece atualmente com o IPI acontecerá com ele no que diz respeito às alíquotas. Elas poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou ad valorem. Realmente, a sensação que a Reforma Tributária deixa é a de que o IPI deixa de existir, mas em seu lugar, nasce esse novo imposto cujos fatos geradores ainda são uma incógnita e naturalmente, definí-los não será algo fácil, gerando como de praxe no Brasil, margem a diversas interpretações e manifestações por parte do contribuinte para não ser alcançado por essa imposição fiscal.

Um imposto com muitas definições a serem implementadas e seu impacto não se restringe somente ao mercado interno. O fato de não incidir sobre as exportações não impedirá os países da União Européia de cobrar o Cross Border Adjustment Measure – CBAM, aplicado sobre produtos oriundos de países que não tenham tributação das emissões de carbono. Enfim, vamos aguardar as cenas dos próximos capítulos.

### **VENDA DA INDÚSTRIA PARA O COMÉRCIO**

Valor da venda: 100.000,00

CBS (10%): 10.000,00

Valor a Recolher: 10.000,00

#### VENDA DO COMÉRCIO PARA O CONSUMIDOR FINAL

Valor da Venda: 150.000,00

CBS (10%): 15.000,00

Valor a Recolher: 15.000,00

#### PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Valor do serviço: 100.000,00

Material Aplicado: 30.000,00

Base de cálculo: 100.000,00

Alíquota IS (10%) 10.000,00

Total do Serviço: 110.000,00 (cálculo simples)

Total do Serviço: 111.111,11 (cálculo com ônus do IS)

### **02.10 - Extinção da Alíquota do IPI**

O IPI deve ser extinto a partir de 2033 e terá alíquota 0%, já em 2027, para os casos em que a alíquota do imposto seja inferior a 6,5% (seis vírgula cinco por cento) com a implantação do IS – Imposto Seletivo. Com a extinção do IPI a tributação sobre produtos ficará a cargo do Imposto Seletivo de maneira mais direta e com o objetivo de tributar bens e serviços que produzam algum mal à saúde humana e ao meio ambiente.

### **03 - PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO E TRANSIÇÃO (2026 A 2033)**

#### **03.01 - Início da vigência em 2026**

A Reforma Tributária entrará em vigor a partir de 01/01/2026 com a implantação do IBS e da CBS. No exercício de 2026 teremos a cobrança do IBS à alíquota de 0,1% e da CBS à alíquota de 0,9%. As alíquotas aplicáveis a partir de 2027 ainda não foram definidas.

Os arts. 501 e 508 da LC nº 214/25 estabelecem que o ICMS e o ISS serão cobrados com redução de alíquota nas seguintes proporções:

- I - 10% (dez por cento), em 2029;
- II - 20% (vinte por cento), em 2030;
- III - 30% (trinta por cento), em 2031; e
- IV - 40% (quarenta por cento), em 2032.

#### **03.02 - Pagamento de 1% do IVA-Dual**

A maior preocupação que todos os brasileiros estão tendo no presente momento diz respeito a quanto essa Reforma Tributária irá impactar nos custos dos negócios. A resposta a essa pergunta não é nada fácil. Por ser um projeto cuja aplicação se dará de forma gradativa e ainda temos muitas normas a serem publicadas para que possamos saber como será o impacto dessa mudança, só nos resta trabalhar com estimativas e previsões quanto ao que se dará na prática.

Inicialmente, o IVA-Dual será pago no percentual de 1%, sendo 0,1% de IBS e 0,9% de CBS, mas que, no primeiro momento, poderá se descontado do ICMS, do ISS e PIS/PASEP e COFINS correspondentes, não representando nenhum custo em sua implantação em 2026.

De fato, somente em 2027 esse cenário muda, quando todos os contribuintes terão que pagar a nova Carga Tributária a ser definida pelo Senado Federal e pelo Comitê Gestor do IBS.

#### **03.03 - Mudanças na Documentação Fiscal**

A Receita Federal lançou no dia 28 de março de 2024 a Nota Técnica 2025.001, que substitui e complementa a Nota Técnica 2024.001 – IBS/CBS v1.10, no âmbito do CTe. A Nota mantém a data de implantação em ambiente de produção para 31/10/2025, para que sua efetiva operacionalização esteja disponível a partir de 01/01/2026.

Com o advento da implantação do sistema de recolhimento denominado Split Payment o recolhimento dos tributos IBS e CBS serão operados juntamente com o pagamento aos fornecedores, conforme destaque nos documentos fiscais correspondentes.

A NT modifica o leiaute dos DFe, inserindo os grupos e campos opcionais relacionados a tributação do IBS, CBS e IS, respeitando a legislação vigente. A Nota trata de alterações aplicadas aos Documentos:

- Conhecimento de Transporte Eletrônico (modelo 57);
- Conhecimento de Transporte Eletrônico p. Outros Serviços (modelo 67).

A Receita Federal publicou também em 15 de abril de 2025 a Nota Técnica **NFe** 2025.002.v.1.01, que altera os leiautes da **Nota Fiscal** Eletrônica (NF-e) e da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) para adequação à **Reforma Tributária**. As mudanças passam a ser obrigatórias a partir de janeiro de 2026.

Empresas precisam se atentar às novas informações obrigatórias sobre o Imposto sobre Bens e Serviços (**IBS**), a Contribuição sobre Bens e Serviços (**CBS**) e o Imposto Seletivo (IS), sob pena de rejeição das notas fiscais emitidas.

- **Grupo UB:** detalhamento de IBS, CBS e IS por item da nota;
- **Grupo VB:** totalização de valores por item contemplando os novos tributos;
- **Grupo W03:** totalização geral do IBS, CBS e IS no documento fiscal.

Campos adicionais incluem alíquota efetiva, diferimento, devolução, monofasia e crédito presumido. A emissão de "Nota de Crédito" também passa a ser permitida.

#### **Novas regras de validação: rejeições que entrarão em vigor**

- **Rejeição 1026:** IBS da UF igual a 0,1% para documentos de 2026.
- **Rejeição 1027:** IBS da UF igual a 0,05% para documentos de 2027 e 2028.
- **Rejeição 1036:** IBS do Município igual a 0 para documentos de 2026.
- **Rejeição 1037:** CBS igual a 0,9% para documentos de 2026.
- **Rejeição 1115:** Falta de informações de IBS/CBS.

## **Cronograma de implantação**

- **Homologação:** julho de 2025;
- **Produção:** outubro de 2025;
- **Obrigatoriedade:** janeiro de 2026.

## **Impactos e riscos para as empresas**

Empresas que não se adaptarem às novas exigências podem sofrer rejeições em suas notas fiscais, prejudicando suas operações e seu fluxo de caixa.

Especialistas recomendam a atualização de sistemas e capacitação das equipes responsáveis pela emissão de documentos fiscais.

## **Contexto: Reforma Tributária e transição dos tributos**

As mudanças nos leiautes das notas fiscais integram o processo de implementação do IBS e da CBS, novos tributos criados pela Reforma Tributária, que substituirão tributos federais, estaduais e municipais até 2033.

Empresas devem se preparar desde já para evitar impactos operacionais. A antecipação nas adaptações é essencial para garantir conformidade e continuidade nas emissões fiscais a partir de 2026.

## **03.04 - Os passos nos anos de 2026 a 2033 com a completa implantação da Reforma Tributária**

A Reforma Tributária já é uma realidade e deve ser estudada de maneira bastante aprofundada para evitarmos erros e problemas com a apuração dos tributos IBS, CBS e IS. Naturalmente, não somente o cálculo e a apuração devem ser feitos com muito cuidado, mas as questões relacionadas às retenções tributárias e ao cumprimento de obrigações acessórias devem estar sendo executadas por profissionais capacitados e atualizados em todas as regras e normas tributárias.

Desenvolvemos abaixo uma agenda tributária e tratamos de alguns outros pontos da Reforma Tributária, bem como, o impacto que será causado na apuração da carga tributária das empresas.

EXERCÍCIO	ATIVIDADE
2026	Início da vigência da Reforma Tributária com o cálculo do IBS, da CBS e do IS
2027	Aplicação prática da Reforma Tributária com redução da incidência do ICMS e do ISSQN de forma gradativa.  Início da nova retenção tributária IR e CSLL.
2028	Aplicação prática da Reforma Tributária com redução da incidência do ICMS e do ISSQN de forma gradativa
2029	Aplicação prática da Reforma Tributária com redução da incidência do ICMS e do ISSQN de forma gradativa
2030	Aplicação prática da Reforma Tributária com redução da incidência do ICMS e do ISSQN de forma gradativa
2031	Aplicação prática da Reforma Tributária com redução da incidência do ICMS e do ISSQN de forma gradativa
2032	Aplicação prática da Reforma Tributária com redução da incidência do ICMS e do ISSQN de forma gradativa
2033	Implantação definitiva da Reforma Tributária com extinção do IPI, do ICMS e do ISSQN

## Como ficam o Lucro Real e o Lucro Presumido com as novas Regras Tributárias decorrentes da Reforma Nacional

A tributação do Lucro Real e do Lucro Presumido serão profundamente modificadas, pois deixará de calcular 5 tributos para calcular 2 tributos, como muitos têm chamado, o IVA-Dual, como já vimos nos capítulos anteriores, o IBS e a CBS.

As deduções da receita serão completamente alteradas com a implantação da Reforma Tributária. As demais bases de tributação, a saber: folha de pagamento e lucro, permanecerão como estão, sem nenhuma alteração.

Vejamos como se comporta uma DRE nos dias atuais e após a Reforma Tributária Nacional:

### EMPRESA DE LUCRO PRESUMIDO

DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
<b>FATURAMENTO BRUTO</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>FATURAMENTO BRUTO</b>	<b>1.000.000,00</b>
IPI – EXTINTO	VARIÁVEL		-
PIS/COFINS MONOFÁSICO – EXTINTO	VARIÁVEL		-
ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – EXTINTO	VARIÁVEL		-
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>	<b>1.000.000,00</b>
PIS - EXTINTO (0,65% RBV)	6.500,00	IBS (20% RBV)	200.000,00
COFINS - EXTINTO (3% RBV)	30.000,00	CBS (7,5% RBV)	75.000,00
ICMS - EXTINTO - VARIÁVEL: MÉDIA 20%	200.000,00		-
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>	<b>1.000.000,00</b>
PIS - EXTINTO (0,65% RBS)	6.500,00	IBS (20% RBS)	200.000,00
COFINS - EXTINTO (3% RBS)	30.000,00	CBS (7,5% RBS)	75.000,00
CPRB - EMPRESAS COM FOLHA DESONERADA	VARIÁVEL	CPRB	VARIÁVEL
ISS - EXTINTO - VARIÁVEL: MÉDIA 5%	50.000,00		-
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.677.000,00</b>	<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.450.000,00</b>
CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA - MLB 100%	500.000,00	CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA	500.000,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - MLB 100%	500.000,00	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	500.000,00
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>677.000,00</b>	<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>450.000,00</b>



DESPESAS ADMINISTRATIVAS	150.000,00	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	150.000,00
Folha de Pagamento	100.000,00	Folha de Pagamento	100.000,00
CPP - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL - 27,8% MÉDIA	27.800,00	CPP - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL	27.800,00
DESPESAS COMERCIAIS	50.000,00	DESPESAS COMERCIAIS	50.000,00
DESPESAS FINANCEIRAS	1.000,00	DESPESAS FINANCEIRA	1.000,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	10.000,00	DESPESAS TRIBUTÁRIA	10.000,00
DESPESAS GERAIS	10.000,00	DESPESAS GERAIS	10.000,00
<b>LUCRO LÍQUIDO OPERACIONAL</b>	<b>328.200,00</b>	<b>LUCRO LÍQUIDO OPERACIONAL</b>	<b>101.200,00</b>
PROVISÃO PARA A CSLL VENDA	10.800,00	PROVISÃO PARA A CSLL VENDA	10.800,00
PROVISÃO PARA CSLL SERVIÇOS	28.800,00	PROVISÃO PARA CSLL SERVIÇOS	28.800,00
PROVISÃO PARA O IRPJ E ADICIONAL DE IRPJ VENDA	10.800,00	PROVISÃO PARA O IRPJ E ADICIONAL DE IRPJ VENDA	10.800,00
PROVISÃO PARA O IRPJ E ADICIONA DE IRPJ SERVIÇOS	48.000,00	PROVISÃO PARA O IRPJ E ADICIONA DE IRPJ SERVIÇOS	48.000,00
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>229.800,00</b>	<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.800,00</b>

É assustador observar que antes da Reforma Tributária o Lucro Líquido do Exercício foi de R\$229.800,00 e depois da Reforma Tributária o Lucro Líquido passou a ser de R\$2.800,00. Realmente assustador!!!!

Observando o grande impacto dessa mudança, observe que esse reflexo se dá no início da DRE, na equação, Receita Líquida de Vendas e Serviços. Ali, antes da Reforma Tributária o resultado foi de R\$1.677.000,00, enquanto que após a Reforma Tributária o resultado passou a ser de R\$1.450.000,00. Aqui estão os R\$227.000,00 a mais que as empresa de Lucro Presumido terão que arcar.

## EMPRESA DE LUCRO REAL

DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

<b>FATURAMENTO BRUTO</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>FATURAMENTO BRUTO</b>	<b>1.000.000,00</b>
IPI - EXTINTO	VARIÁVEL		-
PIS/COFINS MONOFÁSICO - EXTINTO	VARIÁVEL		-
ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - EXTINTO	VARIÁVEL		-
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>	<b>1.000.000,00</b>
PIS - EXTINTO (0,65% RBV)	16.500,00	IBS (20% RBV)	200.000,00
COFINS - EXTINTO (3% RBV)	76.000,00	CBS (7,5% RBV)	75.000,00
ICMS - EXTINTO - VARIÁVEL: MÉDIA 20%	200.000,00		-
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>	<b>1.000.000,00</b>
PIS - EXTINTO (0,65% RBS)	16.500,00	IBS (20% RBS)	200.000,00
COFINS - EXTINTO (3% RBS)	76.000,00	CBS (7,5% RBS)	75.000,00
CPRB - EMPRESAS COM FOLHA DESONERADA	VARIÁVEL	CPRB	VARIÁVEL
ISS - EXTINTO - VARIÁVEL: MÉDIA 5%	50.000,00		-
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.565.000,00</b>	<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.450.000,00</b>
CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA - MLB 100%	453.750,00	CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA	500.000,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - MLB 100%	453.750,00	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	500.000,00
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>657.500,00</b>	<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>450.000,00</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	150.000,00	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	150.000,00
Folha de Pagamento	100.000,00	Folha de Pagamento	100.000,00
CPP - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL - 27,8% MÉDIA	27.800,00	CPP - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL	27.800,00
DESPESAS COMERCIAIS	50.000,00	DESPESAS COMERCIAIS	50.000,00
DESPESAS FINANCEIRAS	1.000,00	DESPESAS FINANCEIRA	1.000,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	10.000,00	DESPESAS TRIBUTÁRIA	10.000,00
DESPESAS GERAIS	10.000,00	DESPESAS GERAIS	10.000,00

<b>LUCRO LÍQUIDO OPERACIONAL</b>	<b>308.700,00</b>	<b>LUCRO LÍQUIDO OPERACIONAL</b>	<b>101.200,00</b>
PROVISÃO PARA A CSLL	27.783,00	PROVISÃO PARA A CSLL	9.108,00
PROVISÃO PARA O IRPJ E ADICIONA DE IRPJ	46.305,00	PROVISÃO PARA O IRPJ E ADICIONA DE IRPJ	15.180,00
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>234.612,00</b>	<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>76.912,00</b>

Na empresa de Lucro Real o impacto será menor, justamente pelo fato de já apurar Pis e Cofins na modalidade não-cumulativa. Antes da Reforma Tributária o Lucro Líquido do Exercício foi de R\$234.612,00. Após a Reforma Tributária, o Lucro Líquido do Exercício passou a ser de R\$76.912,00, ou seja, uma redução na lucratividade na ordem de R\$157.700,00.

### **Como ficam as empresas do Simples Nacional com a Reforma Tributária**

As empresas do Simples Nacional não sofrerão impacto direto com a Reforma Tributária Nacional. Naturalmente, com a extinção do ICMS, IPI, PIS e COFINS e criação do IBS e CBS deverá haver uma acomodação desses tributos aos anexos já existentes.

A mudança básica se deu ao fato de que a empresa do Simples Nacional possa recolher a parte o IBS e a CBS. Vejamos o dispositivo legal.

Art. 146 da CF/88.

§ 2º É facultado ao optante pelo regime único de que trata o § 1º apurar e recolher os tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, nos termos estabelecidos nesses artigos, hipótese em que as parcelas a eles relativas não serão cobradas pelo regime único.

§ 3º Na hipótese de o recolhimento dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, ser realizado por meio do regime único de que trata o § 1º, enquanto perdurar a opção:

I - não será permitida a apropriação de créditos dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, pelo contribuinte optante pelo regime único; e

II - será permitida a apropriação de créditos dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, pelo adquirente não optante pelo regime único de que trata o § 1º de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, e de serviços do optante, em montante equivalente ao cobrado por meio do regime único." (NR)

## O papel do Comitê Gestor

O Comitê Gestor tem como finalidade regular o funcionamento do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços. Um órgão com poderes que representará e concentrará a maior arrecadação de todo o Brasil. Abaixo elencamos os dispositivos que tratam do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços.

[Art. 156-B](#). Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, nos termos e limites estabelecidos nesta Constituição e em lei complementar, as seguintes competências administrativas relativas ao imposto de que trata o art. 156-A:

I - editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto;

II - arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios;

III - decidir o contencioso administrativo.

§ 1º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

§ 2º Na forma da lei complementar:

I - os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão representados, de forma paritária, na instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços;

II - será assegurada a alternância na presidência do Comitê Gestor entre o conjunto dos Estados e o Distrito Federal e o conjunto dos Municípios e o Distrito Federal;

III - o Comitê Gestor será financiado por percentual do produto da arrecadação do imposto destinado a cada ente federativo;

IV - o controle externo do Comitê Gestor será exercido pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

V - a fiscalização, o lançamento, a cobrança, a representação administrativa e a representação judicial relativos ao imposto serão realizados, no âmbito de suas respectivas competências, pelas administrações tributárias e procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que poderão definir hipóteses de delegação ou de compartilhamento de competências, cabendo ao Comitê Gestor a coordenação dessas atividades administrativas com vistas à integração entre os entes federativos;

VI - as competências exclusivas das carreiras da administração tributária e das procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão exercidas, no Comitê Gestor e na representação deste, por servidores das referidas carreiras;

VII - serão estabelecidas a estrutura e a gestão do Comitê Gestor, cabendo ao regimento interno dispor sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º A participação dos entes federativos na instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços observará a seguinte composição:

I - 27 (vinte e sete) membros, representando cada Estado e o Distrito Federal;

II - 27 (vinte e sete) membros, representando o conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, que serão eleitos nos seguintes termos:

a) 14 (quatorze) representantes, com base nos votos de cada Município, com valor igual para todos; e

b) 13 (treze) representantes, com base nos votos de cada Município ponderados pelas respectivas populações.

§ 4º As deliberações no âmbito do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços serão consideradas aprovadas se obtiverem, cumulativamente, os votos:

I - em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal:

a) da maioria absoluta de seus representantes; e

b) de representantes dos Estados e do Distrito Federal que correspondam a mais de 50% (cinquenta por cento) da população do País; e

II - em relação ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes.

§ 5º O Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços deverá ter notórios conhecimentos de administração tributária.

§ 6º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, a administração tributária da União e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional compartilharão informações fiscais relacionadas aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, e atuarão com vistas a harmonizar normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos a eles relativos.

§ 7º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços e a administração tributária da União poderão implementar soluções integradas para a administração e cobrança dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V.

§ 8º Lei complementar poderá prever a integração do contencioso administrativo relativo aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V."

## O novo IPVA sobre Embarcações e Aeronaves

A grande novidade no mercado de bens de valor agregado mais elevado foi a criação do IPVA sobre as embarcações e as aeronaves. Alguns governos tem como pauta a tributação dos mais ricos. A implementação do IGF – Imposto sobre Grandes Fortunas parece ser bem mais complicada do que a criação de um Imposto que tribute bens que fazem parte daquilo que chamamos de Grandes Fortunas, afinal, ter uma embarcação ou uma aeronave não é algo tão comum, acessível a grande maioria dos cidadãos brasileiros.

Vejamos como ficou o novo IPVA.

I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental;

III - incidirá sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, excetuados:

a) aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros;

b) embarcações de pessoa jurídica que detenha outorga para prestar serviços de transporte aquaviário ou de pessoa física ou jurídica que pratique pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência;

c) plataformas suscetíveis de se locomoverem na água por meios próprios, inclusive aquelas cuja finalidade principal seja a exploração de atividades econômicas em águas territoriais e na zona econômica exclusiva e embarcações que tenham essa mesma finalidade principal;

d) tratores e máquinas agrícolas.

No dizer de Hugo de Brito Machado Segundo, **a ideia do IPVA sobre embarcações e aeronaves seria fazer “justiça fiscal”, tributando “ricos” que seriam proprietários de lanchas, iates, jatinhos e jet skis. Talvez haja uma demagogia na iniciativa, mais simbólica do que real, em razão das imunidades concedidas nas letras (a) a (d).**

## CONCLUSÃO

Concluimos o presente trabalho na certeza de termos contribuído para o enriquecimento dos conhecimentos de cada participante do Curso Reforma Tributária aplicado ao Serviço Público.

Com o atual regime de tributação a que estão sujeitas as empresas, mister se faz observar criteriosamente o cumprimento das obrigações acessórias, responsabilidade esta atribuída a todos os profissionais que atuam com o pagamento de prestação de serviços e aquisição de bens.

O material que você tem em mãos é um compêndio completo de normas ligadas à Reforma Tributária com ênfase aos aspectos práticos e em especial à aplicação das novas regras ao longo do tempo.

Nessas condições, desejamos a todos um excelente desempenho de suas funções, aprimorando a cada dia as informações advindas do sistema tributário nacional pertinente às operações de sua instituição nas relações com terceiros.

### SOBRE O AUTOR



**Marcos César** possui formação em Ciências Contábeis, Direito e Teologia. É autor dos livros: “Comprados pelo Sangue”, “Seja Feliz Financeiramente”, “Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais” e “Reforma Tributária”. Contador, Advogado, Auditor, Perito Judicial e Extrajudicial, Conferencista, autoridade em legislação tributária e empresarial, sobretudo nos ramos jurídico e contábil, pós-graduado em direito tributário e finanças públicas pelo IDP, auditoria, perícia e didática do ensino superior pela Copex, formação em coach na área financeira pela Flórida Christian University, requisitado palestrante em todo o país, tendo ministrado seus treinamentos nos mais diversos órgãos públicos, a saber: TCU – Tribunal de Contas da União, Ministério da Cultura, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior do Trabalho, Receita Federal do Brasil, Secretaria de Fazenda dos Estados do Acre, Maranhão, Amapá, São Paulo, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Estaduais e do DF, Cobra do Banco do Brasil, CEF, OAB, CRC e outros, além das instituições privadas Carrefour, Jhon Deere, Comigo, Comiva, Mitsubichi, Suzuki, Cimento Tocantins, Ambev, Concessionárias Volksvagem, Chevrolet, Mercedes-benz, Volvo, Subaru, Peugeot e Motos Kawasaki e Ducatti, entre outros. Mais de trinta mil pessoas de diversos estados já assistiram a seus seminários. Foi professor universitário em instituições de ensino de Brasília e atua como Diretor-Presidente do Grupo Aptc – Auditoria Planejamento Tributário e Contabilidade Ltda e Ceo do Grupo Inteligência.

**@eusoumarcoscesar**